MEMÓRIAS E HISTÓRIA: OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DO PDS OSVALDO DE OLIVEIRA

SOARES, Paulo Brasil Dill
Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF. Doutor pelo PPGCTIA/UFRRJ. Professor Adjunto na UFF.
Paulodillsoares1234@yahoo.com.br

CÂMARA, Andreza Aparecida Franco
Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Adjunta na UFF.
Pesquisadora FAPERJ
andrezaafc@hotmail.com

MACHADO, Matheus Oliveira.
Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Bolsista FAPERJ
matheus.om6@gmail.com

Introdução

O presente estudo examinará a partir de uma abordagem multifacetada das possibilidades e limitações de assentamento ambientalmente diferenciado da Reforma Agrária elaborado pelo INCRA, denominado como "Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS" (INCRA, 1999). Esse modelo de assentamento oferece uma oportunidade institucional de se constituir assentamentos sustentáveis, com a possibilidade de adoção da matriz tecnológica agroecológica.

No caso dos PDS's, um fator de grande complexidade é a formação e a capacitação dos núcleos familiares que lutam pela reforma agrária nessa modalidade de assentamento (KAWAKAMI, 2010).

A partir das chaves de análise memória, agroecologia e território houve a possibilidade dos pesquisadores familiarizar-se com os diversos atores sociais e suas inquietações e preocupações, servindo, ainda, como mecanismo para determinar impasses e reveses do objeto de pesquisa enquanto ponto de partida e de chegada, construído progressivamente da interação da coleta de dados, da análise da revisão de literatura como também da ligação do pesquisador com o campo.

Desse modo, a partir das intervenções estatais que ocorreram no território macaense, onde se localiza o PDS Osvaldo de Oliveira, analisa-se algumas situações de conflitos socioambientais, sendo ela na criação do modelo de PDS com pouca escuta ou

ausência desta pelo órgão gestor e no processo de judicialização pelo descumprimento dos elementos normativos para a criação dessa forma diferenciada de assentamento.

1. Fundamentação teórica

Os países industrializados interessados em controlar o aspecto negativo da industrialização, a degradação ambiental, ao passo que os países subdesenvolvidos, entre os quais o Brasil, temiam que a "proposta de controle dos efeitos do crescimento econômico significasse uma arma contra o chamado 'desenvolvimento' dos países mais pobres" (DIEGUES, 1992, p. 25).

O Programa de Desenvolvimento Sustentável é uma alternativa para o modelo excludente e seletivo de produção da terra, uma vez que prioriza a construção dos processos decisórios a partir de uma horizontalidade do Comitê Gestor e da interação com as famílias beneficiadas equalizando com o meio ambiente. É fato que os problemas ambientais decorrentes do modelo de exploração capitalista, denunciado pelo movimento ambientalista, atingiram uma escala global deixando de ser uma causa particular de teóricos, pesquisadores ou defensores da natureza para tornar-se um pleito associado a uma nova maneira de considerar a relação entre economia, sociedade e natureza.

Brandenburg (2005) enfoca a agricultura e o ambiente como uma questão que merece uma análise mais profunda das categorias empregadas para explicar uma possível conciliação entre esses dois segmentos políticos. O ambiente é ressaltado como uma questão prima face na agricultura após a modernização provocada pela chamada revolução verde nos anos 70, havendo de modo episódico aprofundamentos teóricos e metodológicos sobre o tema, colocando as manifestações de cunho ecológico enquanto questão central ao padrão industrial de desenvolvimento, a relação sociedade-ambiente, como também os mecanismos que intermediam essa relação.

Embora destinado à agricultura familiar sustentável, dentre outros usos, existem dúvidas quanto à adequação da transposição de PDS da Amazônia para o Sudeste, um modelo que veio a formar base para conflitos socioambientais, como ocorre no Rio de Janeiro.

A abordagem encontrada na sociologia sobre as questões ambientais se vincula com a sociologia rural nas investigações dos diversos temas agrários. A reconstrução do

rural, percebida pelas teorias sociológicas ambientais, contribuem nas interpretações das dimensões desse fenômeno. Brandenburg (2005) destaca que a clivagem de um quadro para outro, nos estudos das questões rurais francesas, sugerindo um novo marco divisório dessa abordagem. No caso brasileiro, tem-se o entendimento de dois referenciais teóricos que se complementam objetivando uma melhor compreensão do rural que ressurge "ambientalizado": a sociologia rural e a sociologia ambiental (BRANDENBURG, 2005, p. 56).

2. Resultados alcançados

Os seus fundamentos se baseiam no atendimento das especificidades regionais, como no caso de extrativismo tradicional, no resgate do valor econômico e social da floresta, do mangue, da várzea, dentre outros espaços e não apenas avaliando o potencial agrícola da terra, baseia-se no interesse ecológico e social. Busca valorizar a organização social, do trabalho e gestão comunitária.

Nesse modelo, ocorre a concessão de uso da terra por determinado período, para a exploração individualizada ou condominial, obedecendo à aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; e o interesse ecológico de recomposição do potencial original da área, como no caso do assentamento Osvaldo de Oliveira criado num mosaico de Mata Atlântica, com cerca de 1.037 ha de Mata Atlântica, e importante corredor ecológico entre os Parques Estaduais do Desengano e dos Três Picos, com áreas de preservação permanente.

O perfil da base dos movimentos rurais vem sofrendo significativas alterações diante da ofensiva do capital no campo agrário. Essa estratégia é responsável pelo crescimento migração dos trabalhadores rurais para áreas urbanas, pois quase sempre ele encontra melhores condições de vida comparativamente com aquela experimentada no seu passado rural. Existe frustração na cidade onde a presença do capital também é preponderante, desencorajando esse trabalhador desqualificado para ocupar postos de trabalho que melhor remuneram. Essa questão tem impactado a composição de sua base social, pois é possível observar, em muitos casos, o predomínio de trabalhadores de natureza urbana. Não é casual encontrar grande proporção de trabalhadores desempregados, moradores em situação de rua, antigos operários e sem-teto compondo os acampamentos do MST.

A territorialidade fluminense específica vem sendo trabalhadas por movimentos sociais e novos atores sociais, inclusive moradores sem organização, sem vínculos com políticas públicas e sem acesso à informação e comunicação, e que apresentam trajetórias de vida vinculadas a uma cultura rural, dependendo de políticas públicas assistenciais de órgãos municipais, estaduais e federais. Sem prejuízo de sofrerem um processo de invisibilização de suas demandas, inclusive processuais, também padecem de acesso aos equipamentos públicos necessários à existência digna e de assistência técnica rural para a efetivação compatível as restrições ambientais.

Conclusões

No território escolhido podem ser encontradas as dinâmicas e contradições entre processos econômicos globais, as políticas e projetos de diferentes esferas federativas e suas múltiplas interações e significações com o lugar, com a vida cotidiana, como o licenciamento ambiental do Terminal Portuário de Macaé (TEPOR), que desconsiderou em suas áreas de impacto direito e indireto a existência do assentamento Osvaldo de Oliveira (INEA, 2018). Em contrapartida, como destaca Marques (2009) são também nesses territórios que nascem os movimentos de transformação social, de produção de novidades e inovações, de resistência e contestação das práticas econômicas e culturais dominantes.

Referências bibliográficas

BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambient. soc. [online].** 2005, v. 8, n.1, p. 51-64.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo SEADE, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan./jun. 1992.

KAWAKAMI, A. Y. **Projeto de desenvolvimento sustentável – PDS e novas formas de assentamentos - uma sistematização do caso do assentamento professor Luiz D. Macedo – Apiaí-SP.** 2010. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2010.

MARQUES, F. C. **Nicho e novidade**: nuanças de uma possível radicalização inovadora na agricultura. 2009.